

cadernos de pesquisa do LAP



AVH 238

30

Série Urbanização e Urbanismo

A URBANIZAÇÃO E O URBANISMO NA
REGIÃO DAS MINAS

Nestor Goulart Reis

Jul - Dez 99

Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação
Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

711.4098151

277u

35



Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovith

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora: Profa. Dra. Maria Ruth Amaral Sampaio

Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto

Chefe: Prof. Dr. Julio Roberto Katinsky

Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação

Coordenador: Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho

F
711.4098151
R 277 u

1437171

NOTA AO LEITOR

A partir do nº 29, os Cadernos de Pesquisa do LAP passam a ser publicados semestralmente. Conseguimos aperfeiçoar a produção gráfica da revista mas, por razões técnicas, devemos reduzir os números publicados a cada ano.

Esperamos poder continuar a merecer, como sempre, o interesse de nossos leitores.

A Comissão Editorial

F-42249

A URBANIZAÇÃO E O URBANISMO NA REGIÃO DAS MINAS

Nestor Goulart Reis

RESUMO / ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
UMA VISÃO DO CONJUNTO	8
OBJETIVOS DESTE TRABALHO	10
QUESTÕES TEÓRICAS ESPECÍFICAS	19
DIFERENTES MODALIDADES E FORMAS DE DISCIPLINA URBANÍSTICA	19
AS POLÍTICAS URBANIZADORAS E A DISCIPLINA URBANÍSTICA NAS REGIÕES DAS MINAS	24
O CASO DE OURO PRETO	28
BIBLIOGRAFIA	34



A URBANIZAÇÃO E O URBANISMO NA REGIÃO DAS MINAS

RESUMO

Este trabalho foi escrito em atendimento a um convite de Affonso Ávila, criador e diretor da revista Barroco. Nele são apontadas as principais linhas de estudo que estamos desenvolvendo, para uma compreensão mais fundamentada, sobre a importância da vida urbana do Brasil no século XVIII, em especial nas regiões de mineração. Procuramos reunir informações sobre várias formas de produção cultural, que demonstram a vitalidade daqueles núcleos urbanos durante o século XVIII, inclusive nas áreas de Goiás, no Brasil Central, e no extremo oeste, na região de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade.

O texto destaca a qualidade dos projetos urbanísticos, que incluíam algumas experiências de urbanização, a música, as "casas de ópera" e atividades teatrais, cuja importância apenas começa a ser reconhecida.

THE URBANIZATION AND THE URBANISM IN THE MINING REGIONS

ABSTRACT

This paper was written in response to an invitation of Affonso Ávila, creator and director of the "Barroco" magazine. It points out the main study lines we are developing as a way to have a better based comprehension of the importance of urban life in 18th century Brazil, specially in the mining regions. We aim to gather information on several cultural production forms that demonstrate the vitality of those urban nuclei during 18th century, including Goiás, Central Brazil and extreme west areas in the Cuiabá and Vila Bela da Santíssima Trindade region.

The text highlights the quality of the urbanistic projects which include some urbanization experiences, the music, and the "opera houses" and theatrical activities whose importance only now begins to be recognized.

T-42249

INTRODUÇÃO

Não são muitos os estudos sobre a história da urbanização e do urbanismo do Brasil no século XVIII, em especial em Minas Gerais. A primeira dificuldade que enfrenta o pesquisador é a escassez de fontes iconográficas da época. Contrastando com a riqueza de desenhos já localizados em diferentes arquivos do Brasil e do exterior, referentes a muitas regiões do país, a iconografia de caráter urbanístico, de Minas Gerais, é sem dúvida escassa. De Ouro Preto conseguimos localizar uma planta do período colonial, provavelmente dos últimos anos do século XVIII. Sobre Mariana conseguimos três ou quatro desenhos e outros tantos sobre os arraiais mineiros. Da região de Goiás temos um conjunto de desenhos um pouco mais diversificado. Bem mais ampla é a documentação referente às vilas e povoações das regiões de Cuiabá e diversas partes da capitania de Mato Grosso. Os livros e artigos que abordam o assunto são também pouco numerosos. Há referências sobre a urbanização e o urbanismo nas regiões das Minas, em um artigo de Tito Lívio Ferreira e em alguns trabalhos de Silvío de Vasconcelos, estes voltados para as povoações do atual estado de Minas Gerais. O primeiro estudo com visão de conjunto sobre o urbanismo do século XVIII no Brasil foi o de Roberta Delson, que inclui referências específicas sobre as várias áreas de mineração. Algumas outras observações estão contidas em um artigo de Paulo Ormindó Azevedo e em alguns trabalhos nossos, que integram livros publicados na Espanha sobre o urbanismo no Brasil. Mais recente é o trabalho de Renata Araújo sobre a urbanização na região amazônica, que inclui uma parte significativa sobre as povoações do norte de Mato Grosso. Deve ser mencionado ainda um estudo de Benedito Lima de Toledo, que compara as características da Praça Tiradentes, em Ouro Preto, com uma solução urbanística semelhante, em Portugal.

Neste trabalho, pretendemos examinar alguns aspectos gerais do tema, nas várias regiões das minas, com uma ênfase especial para o estado de Minas Gerais e o caso de Ouro Preto.

UMA VISÃO DE CONJUNTO

➤ A descoberta das Minas, nos últimos anos do século XVII, estendeu a colonização portuguesa aos territórios interiores, ultrapassando de muito os limites do Tratado de Tordesilhas. Tratava-se no caso de uma nova forma de colonização, altamente urbanizada, mesmo nas regiões mais afastadas do litoral, como Mato Grosso. Entre 1930 e 1960, era comum, os autores de história da urbanização e do urbanismo no Brasil organizarem seus estudos tendo em vista uma comparação entre os padrões estabelecidos pelos espanhóis em suas colônias da América (com formas de urbanismo altamente elaboradas e intensa vida urbana, além da ocupação de áreas interiores) e as áreas de colonização portuguesa, com formas de urbanismo mais precárias, predominância de vida rural e ocupação apenas das faixas litorâneas.

Nosso ponto de vista é que essas diferenças se explicam em boa parte pela atividade mineradora tipicamente urbana, que se desenvolveu mais cedo nas áreas de colonização espanhola. Durante o século XVIII, com a extensão das áreas de mineração da América portuguesa, alteraram-se radicalmente as condições de vida no Brasil. Em primeiro lugar pelo afluxo de grandes contingentes populacionais, duplicando o número de habitantes, entre 1700 e 1800. Em segundo, pela concentração desses contingentes em áreas relativamente restritas, com índices elevados de urbanização. A numerosa população urbana nas áreas de mineração, durante o século XVIII, implicou necessariamente na implantação de modos de vida com características burguesas, contrastando significativamente com os padrões das regiões de tradição agro-exportadora.

Essa dinâmica social exigiu da administração portuguesa uma participação mais ativa, que se traduziu, de um lado pelo aumento do sistema repressivo e, de outro, pela adoção de padrões mais elaborados em termos urbanísticos, em geral com apoio de quadros técnicos de alto nível. Ao final do período colonial, a região do atual estado de Minas Gerais acolhia uma porcentagem muito elevada da população total da colônia e um sistema urbano em permanente efervescência política. Mas também nas áreas de mineração mais afastadas do litoral, como na capitania de Mato Grosso, a vila de Cuiabá se situava no final do século XVIII e início do XIX, entre os cinco mais populosos núcleos urbanos do Brasil.

A presença de uma população urbana numerosa e de um mercado urbano com níveis elevados de atividade (pelo comércio, pela produção artesanal e pela acumulação oficial e clandestina, alimentando um sistema financeiro igualmente clandestino, além da intensa atividade administrativa de caráter oficial) conduzia a uma

dinâmica social intensa, caracteristicamente urbana e burguesa, em contraste com a vida pacata, que havia caracterizado os núcleos urbanos do litoral, nos dois séculos anteriores.

Essas tendências ganharam impulso excepcional em meados do século, com o apogeu das atividades mineradoras, e durante a administração do Marquês de Pombal, quando a política colonizadora passou por um processo de modernização, contando com quadros de alto nível técnico e intelectual. Mesmo depois de 1777, com a "viradeira", o retrocesso de padrões políticos não correspondeu a um rebaixamento dos padrões culturais no trato das questões coloniais, como se comprova claramente pelas políticas de urbanização e de urbanismo.

Nosso ponto de vista é que, nas várias regiões de mineração, existiu uma atividade empresarial importante na segunda metade do século XVIII, cujas figuras mais destacadas assumiram a liderança política no processo de Independência e na determinação dos padrões sociais (vale dizer políticos, econômicos e culturais) do ciclo econômico seguinte, de bases econômicas simultaneamente agrárias e mercantis, com a cultura do café, em avanço sobre as terras férteis de Minas, na zona da Mata e no sul de Minas, como na província do Rio de Janeiro e mesmo, em parte, na província de São Paulo.

O dinamismo social nas regiões das minas (quase sempre mais intenso do que nas vilas e cidades do litoral) pode ser observado, de modo indireto, pela intensidade da vida cultural, não apenas no campo literário, sempre mais conhecido, como também na intensa atividade teatral, com cerca de oito casas de ópera apenas na capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. Esse assunto foi objeto de um estudo circunstanciado de Afonso Ávila, que nos revela detalhes muito sugestivos desse aspecto da cultura das áreas de mineração. Os teatros eram pontos de reunião dos grupos sociais mais importantes em toda a colônia. As Casas de Ópera ofereciam oportunidade e espaço para uma convivência intelectualmente mais elaborada, dos vários membros desses segmentos sociais. Mas eram também um ensejo de crítica social e de articulações políticas. Assim, também existiram teatros em Salvador e Rio de Janeiro, Recife e Belém. Em São Paulo, alguns anos antes da restauração da capitania e da administração do Morgado de Mateus (1765-1775), uma tentativa informal de construção de um primeiro teatro foi obstada pelas forças tradicionais da cidade, que impediram a iniciativa. O teatro foi criado pelo Morgado de Mateus, em um edifício anexo ao Palácio dos Governadores, adaptado para essa finalidade. Mas as casas de ópera dessas vilas e cidades mais antigas, ao que tudo indica, não chegaram a apresentar o dinamismo de suas congêneres das áreas de mineração. Carlos Francisco de Moura, em seu conhecido trabalho sobre o teatro em Mato Grosso, no século XVIII, informa sobre a intensidade das atividades em Cuiabá, naquele período, conseguindo identificar, com seus detalhes, cerca de

90 espetáculos, montados ao longo do século. Uma atividade de porte equivalente teria existido em Vila Bela, então sede do governo da capitania, pelo menos durante a administração de D. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira de Cárceres. A produção musical das regiões das minas, durante o século XVIII e no início do século XIX, a amplitude das obras arquitetônicas, das esculturas e pinturas nos ajudam a ter uma compreensão mais objetiva da intensidade dessa vida urbana, cujo desenvolvimento urbanístico devemos estudar.

OBJETIVOS DESTE TRABALHO

O objetivo deste trabalho é estabelecer algumas referências gerais de política urbanizadora e sobre a disciplina urbanística nas regiões das minas, tentando estabelecer uma comparação entre Minas Gerais e as outras áreas de mineração (Goiás, Cuiabá, Mato Grosso, sul de São Paulo e sul da Bahia) até mesmo para compreender as diferenças. Procuramos exemplos que possam ilustrar e mesmo documentar a presença das várias formas de disciplina urbanística aplicadas no Brasil, durante o século XVIII. Em especial, pretendemos identificar as disciplinas originadas de uma ação direta da Coroa portuguesa, por intermédio dos governadores gerais e, mais tarde, dos vice-reis e, identificar, de outro lado, as iniciativas e ações das câmaras municipais, correspondendo a ações políticas de âmbito local.

As capitanias das Minas foram, desde o início, propriedades da Coroa, sendo seus governadores instrumentos de aplicação direta de diretrizes emanadas de decisões na Corte. Em 1763 a sede do governo colonial foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, onde se instalaram os vice-reis. Mas bem antes disso, durante a administração de Gomes Freire de Andrade, o governo do Rio de Janeiro já exercia um controle direto sobre a região das Minas Gerais.

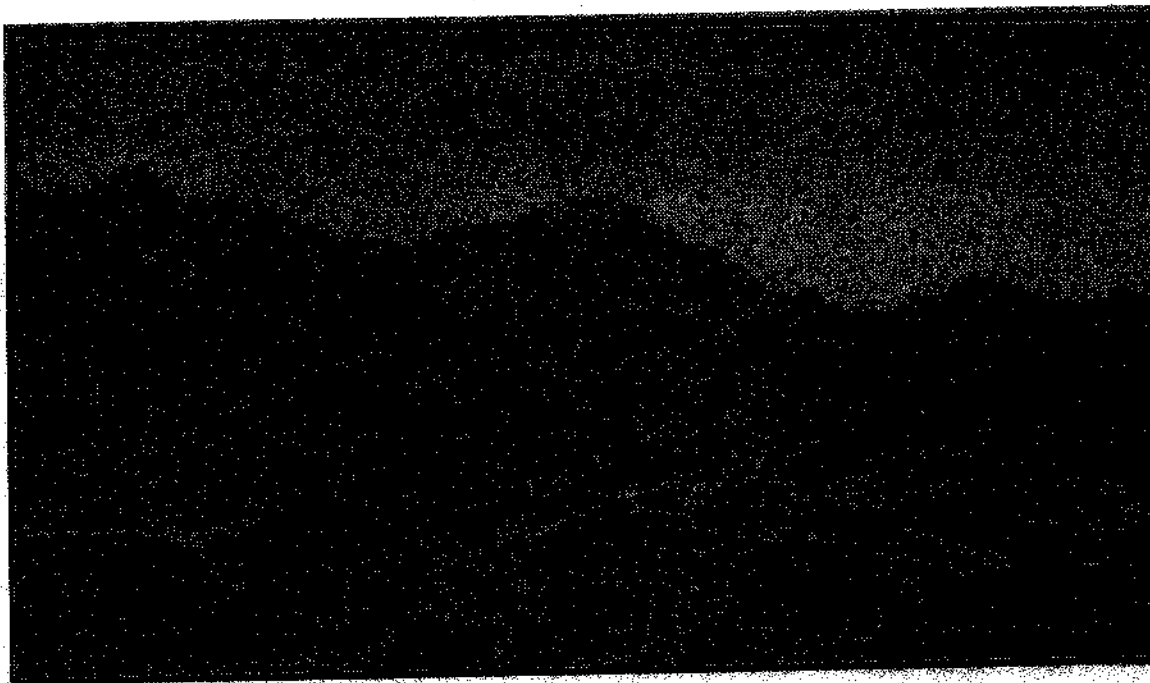
Poderíamos dizer simplesmente que nas regiões das minas os governadores seriam responsáveis pelas diretrizes gerais de políticas de urbanização e de urbanismo e pelas obras de maior importância e as câmaras municipais pelas rotinas. Mas essa divisão, muito simples, não corresponde exatamente à realidade. Ao longo do século XVIII, as câmaras foram assumindo, como mais adequados, muitos dos padrões urbanísticos introduzidos por iniciativa da Coroa, pela ação dos governadores e pelos engenheiros militares, integrando-os às rotinas nas obras de aperfeiçoamento dos espaços públicos e das edificações privadas, bem como na abertura de novas vias e nos procedimentos necessários para aprovação das novas edificações. No início do século XVIII, a Câmara de Ouro Preto exigia apenas que as novas edificações respeltassem os termos dos alinhamen-



"PROSPECTO DE VILA BOA TOMADA DA PARTE DO NORTE PARA O SUL NO ANNO DE 1751".



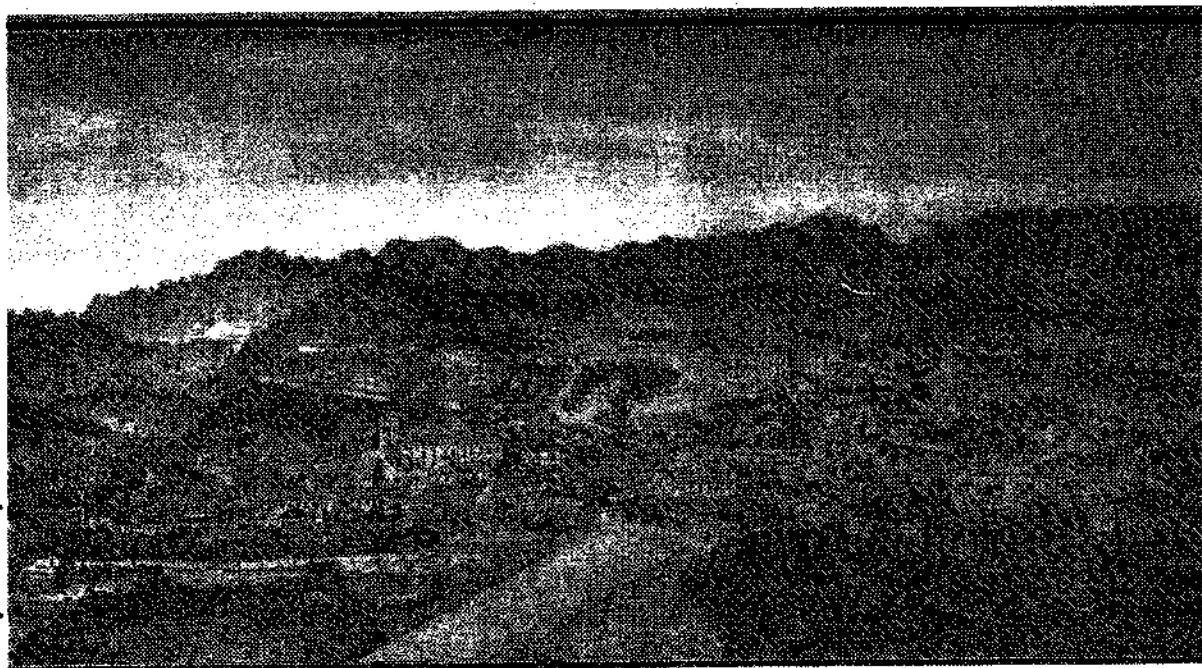
"PROSPECTO DE VILA BOA TOMADA DA PARTE DO SUL PARA O NORTE NO ANNO DE 1751".



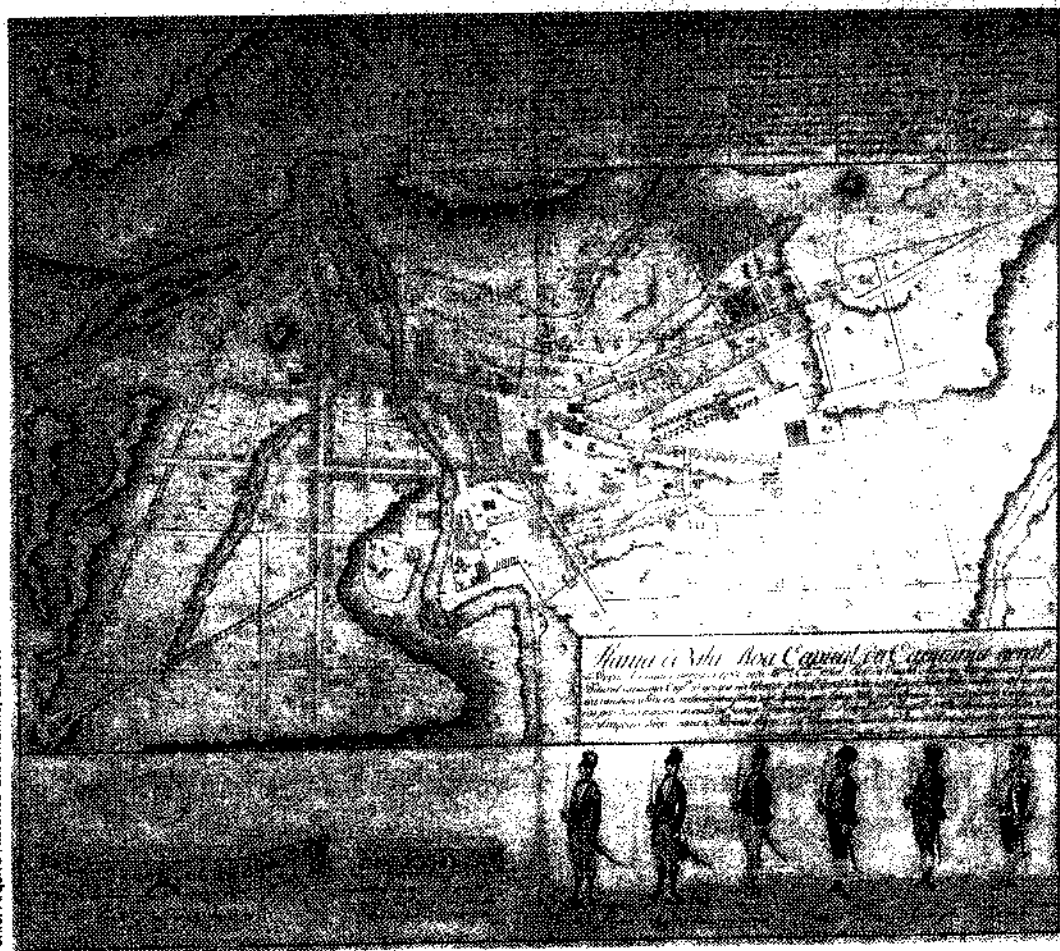
tos fixados pela administração municipal, como pré-condição para aprovação das construções. No final do século, já impunha como pré-condição a apresentação dos desenhos, que deveriam corresponder, ainda que de forma precária, aos atuais projetos, submetidos a aprovação da autoridade municipal.

As construções comuns passaram a ter uma importância crescente na definição da paisagem urbana e as normas para a sua regularização corresponderiam, se não a um projeto de conjunto, a um modelo, coletivamente aceito, que não poderia ser simplesmente imposto pela autoridade central da colônia mas teria que ser, necessariamente, o resultado de uma disciplina coletiva, em atendimento a valores urbanos, burgueses, modernizadores, racionais, leigos e oficiosos mas não oficiais, que iam sendo introduzidos e difundidos com a ilustração.

Nesse sentido, as múltiplas ordens terceiras foram de importância fundamental para a organização das atividades culturais, políticas e mesmo econômicas, como instituições semi-religiosas e semi-civis, de organização dos diferentes grupos da sociedade civil, sob invocações religiosas, nos limites institucionais impostos pelas Ordenações do Reino (que só deixaram de constituir a base do sistema jurídico brasileiro em 1916, com a promulgação do primeiro Código Civil do país, 94 anos após a Independência). Sem os controles estabelecidos pelas ordens religiosas tradicionais, como ocorria no litoral (onde os projetos arquitetônicos eram submetidos aos superiores em Portugal e às sedes das ordens em Roma), as ordens terceiras, que centralizaram em boa parte as atividades religiosas e civis durante o século XVIII, em todas as regiões das minas, onde as ordens religiosas tradicionais eram proibidas de se estabelecer, tiveram liberdade suficiente para erguer suas capelas, com proporções de grandes igrejas, em pontos



"PERSPECTIVA DE VILA BOA DE GOYÁS".



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

PLANTA DE VILA BOA DE GOIÁS, ATUAL CIDADE DE GOIÁS, GO. AO REDOR DAS PARTES ENTÃO HABITADAS, VEMOS OS PLANOS PARA EXPANSÃO, COM RUAS RETAS, ALGUMAS DELAS CRUZANDO-SE EM ÂNGULO RETO. EM BAIXO, À ESQUERDA, VEMOS OS PLANOS PARA A ARBORIZAÇÃO DE DUAS RUAS NOVAS. E NO CENTRO, À DIREITA, VEMOS UMA ALAMEDA NA PRAÇA COM CHAFARIZ, À FRENTE DA CASA DE CÂMARA.

destacados das paisagens urbanas, competindo em grandeza com os palácios dos governadores e as casas de câmara, interferindo diretamente na organização da paisagem.

Nosso objetivo é examinar a disciplina urbanística das vilas e cidades das regiões das minas, menos em função dos palácios dos governadores e das casas de câmara, do que em função dos outros edifícios monumentais, com suas praças, erguidos pelas ordens terceiras e, sobretudo, acompanhar o processo pelo qual, através de uma disciplina urbanística difusa, as vilas e cidades das regiões das minas, disciplinando a sua arquitetura mais comum, foram adquirindo as características de grandes conjuntos urbanos, no final do século XVIII e no início do século XIX. Em um trabalho apresentado em um seminário sobre o Barroco, em Ouro Preto (REIS - 1994), tivemos oportunidade de mostrar como muitos desses conjuntos foram construídos no Brasil durante o século XVIII e na primeira metade do século XIX, como obras tipicamente burguesas, nas quais, nos termos das teorias políticas de Thomas Hobbes, estabelecia-se um conjunto, cuja grandiosidade era constituída pela disciplina de suas partes. Neste trabalho, pretendemos mostrar como uma disciplina urbanística difusa, aplicada no controle das transformações das principais áreas desses núcleos urbanos, terminou por criar grandes cenários ou paisagens, nos quais a própria cidade comparece com as características dos mencionados conjuntos urbanos.

Essa é, por certo, a grande linha de disciplinamento urbanístico das vilas e cidades das últimas quatro ou cinco décadas do período colonial, que termina por imprimir o caráter das vilas e cidades do Brasil, até meados do século XIX.

A disciplina urbanística do século XVII e da primeira metade do século XVIII era sobretudo uma disciplina de traçado, de regularidade de alinhamentos, que só pode ser percebida em planta. Regulava basicamente as relações entre os espaços públicos e os espaços privados, evitando a apropriação de parcelas dos primeiros pelos segundos e procurava assegurar a livre circulação de pessoas, animais e veículos, em condições de eficiência.

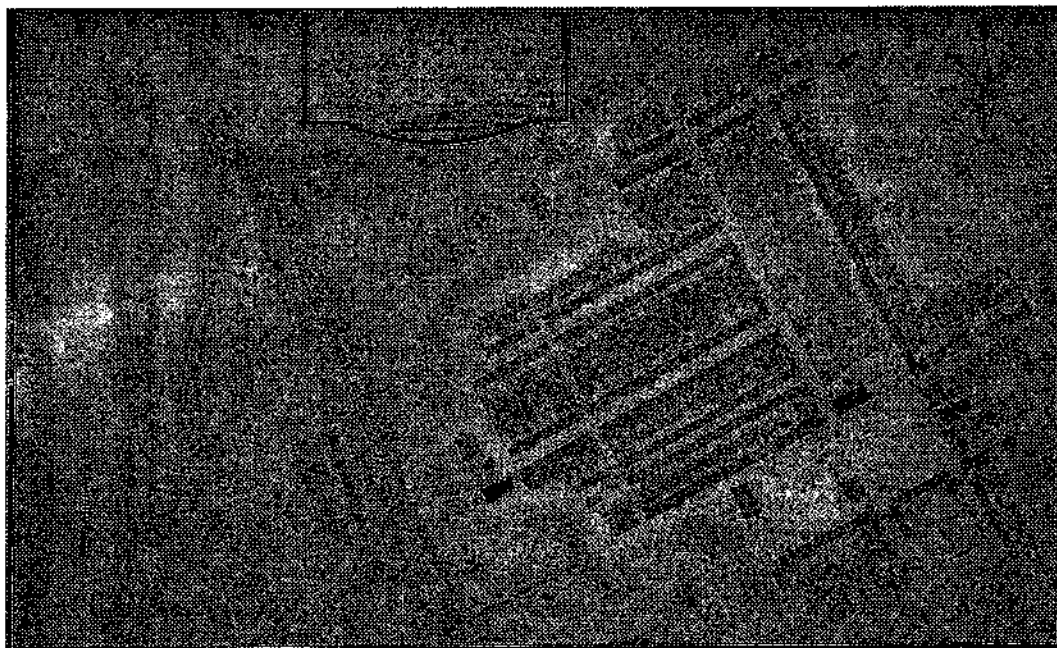
O urbanismo da segunda metade do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX apresenta outras dimensões, bem mais ambiciosas. Apresenta-se como parte de um projeto de criação de um cenário urbano, no qual as paisagens são definidas como conjuntos (os chamados conjuntos urbanos, dos quais os exemplos mais antigos foram construídos na Europa, nos séculos XVII e XVIII) que resultam de uma disciplina imposta às construções comuns, cuja importância crescente vem colocá-las no primeiro plano da definição estética, cultural e política das vilas e cidades, em clara correspondência com as transformações sociais que estavam ocorrendo.

Nesse quadro, é difícil dizer se os grandes edifícios construídos com destaque

na paisagem pelas ordens terceiras, as atividades teatrais, a música, a pintura e a escultura são complementos do cenário urbanístico ou este deve ser visto como pano de fundo e ambientação para as demais atividades. Ou, ainda, se devemos ver toda essa atividade cultural, inclusive a urbanística, como parte integrante de mudanças sociais muito mais amplas, que estavam ocorrendo.

Nosso ponto de vista é que ao longo da segunda metade do século XVIII, os impulsos econômicos originados com as atividades de mineração, com amplo sucesso durante os cinquenta ou sessenta anos anteriores, criou condições para o desenvolvimento de atividades financeiras, mercantis, manufatureiras e para a formação de um mercado interno, relativamente autônomo, cuja importância não tem sido devidamente reconhecida. A história do Brasil tem sido escrita a partir de documentos coloniais portugueses, com base em documentos relativos aos setores econômicos de base agrária. Mesmo as áreas de mineração têm sido focalizadas principalmente em termos de seus aspectos mais diretamente ligados às atividades extrativas ou aos aspectos políticos e culturais. As atividades ligadas mais diretamente ao mercado urbano desenvolvido nas regiões das minas e nos centros litorâneos tradicionais, mais diretamente ligados às linhas de comércio com as áreas de mineração, apenas recentemente vêm sendo estudadas no Brasil. Há algumas décadas, diversos brasilianistas dedicaram estudos a essas questões. Não por acaso, alguns pesquisadores norte-americanos, em lugar de focalizar as atividades do setor agrário, voltaram-se para os aspectos relacionados ao comércio interno e externo. Salvo alguns estudos de maior fôlego, como o de Luiz Lizante sobre a documentação referente aos negócios de um grande comerciante português do final do século XVII e do início do século XVIII, (com relações estreitas com os mercados de Santos e do Rio de Janeiro), são raros os trabalhos de historiadores brasileiros, focalizando o setor mercantil. Se conhecessemos a história de empresários do período colonial e do início do século XIX, como conhecemos as histórias das famílias dos senhores de engenho, dos que participaram das bandeiras e dos fazendeiros de café, é muito provável que nossa visão da história do Brasil fosse outra e, provavelmente, bem mais objetiva e coerente.

Nos últimos anos têm sido realizadas algumas pesquisas, cujos resultados, tornados públicos em livros importantes, começam a abordar a história de comerciantes das praças do Rio de Janeiro e de Salvador, desvendando em boa parte a sistemática das relações com a África, no comércio de escravos (FLORENTINO - 1997). As informações fornecidas por esses autores nos permitem reconhecer um quadro muito mais dinâmico e complexo, do que se supunha anteriormente. E possibilita uma utilização mais eficiente das informações já existentes, sobre as atividades empresariais de Guilherme Pompeu de Almeida em São Paulo, no século XVII, com escala bem mais modesta, e de Antonio da Silva Prado, depois



Barão de Iguape, em São Paulo, ao longo de toda a primeira metade do século XIX, em fases anteriores e posteriores à Independência, com estreitas relações em áreas de mineração.

Essa complexa dinâmica urbana explica certamente o interesse do governo português em alocar no Brasil um quadro numeroso e bem qualificado de engenheiros militares, ao longo de todo o século, com ampla intervenção sobre a política urbanizadora e sobre o urbanismo de todas as cidades e vilas, inclusive sobre as mais modestas povoações. E explica o interesse, já nos últimos anos do século XVII, em instalar a chamada Aula Militar de Arquitetura (que formava os engenheiros militares) em diversas cidades do litoral. E explica a criação, em Minas, de uma aula de arquitetura, com professores civis, entre os quais o mestre Ataíde.

Nossos caminhos para observação desse processo, que levou a uma complexidade crescente da vida urbana, teve bases mais específicas. Em um plano mais simples e direto, a observação da lista de alunos brasileiros, inscritos na Universidade de Coimbra, ao longo do século XVIII e do início do século XIX, incluía sempre cerca de 10 a 15 jovens, em boa parte oriundos das regiões de mineração. A presença desses estudantes, em número significativo para a população da época, nos indica a importância cultural da política pombalina, durante a Ilustração, que abriu espaço para a formação de quadros, que teriam importância nos processos políticos e culturais, nos anos seguintes. Mais complexa é a constatação de que em quase todas as regiões do estado do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba paulista, a retomada do desenvolvimento das atividades agrícolas (primeiro com a produção açucareira e a seguir com a cafeicultura) se fez sob liderança empresarial e sobretudo financeira dos quadros urbanos das regiões de mineração, que refluíram para as terras férteis das faixas próximas do litoral,

após a decadência da mineração, onde aplicaram seus capitais acumulados ao longo do século e estabeleceram formas empresariais de organização do setor agrário, bem mais complexas e eficientes do que as que prevaleceram em fases anteriores. Nas regiões do açúcar e do café, desenvolvidas a partir do final do século XVIII, essas lideranças atuaram sobretudo a partir dos centros urbanos, organizando o sistema de financiamento, o comércio de escravos, o transporte e a comercialização das safras no litoral, como banqueiros ou em casas comissárias.

No exame das origens de alguns exemplos selecionados de quadros que exerceram essa liderança, encontramos participantes de dois grupos distintos. De um lado os que realizaram uma acumulação significativa nas áreas de mineração, de modo oficial, em parte como acumulação clandestina, à margem do sistema tributário imposto pela Coroa. De outro lado, encontramos numerosos participantes dos quadros da administração colonial, durante o século XVIII e início do XIX, que interagiram de algum modo com essa economia urbana, o que lhes permitiu uma acumulação significativa que, como a outra, veio à luz, após a Independência. Essa simbiose era admitida e mesmo estimulada, a partir da fase pombalina, que se abriu para um intercâmbio cooperativo entre as atividades empresariais e os quadros governamentais, em um esquema de tipo patrimoniarista.

Esse dinamismo posterior nos oferece alguns instrumentos adequados para uma aferição das características dos mercados urbanos e de seus quadros principais, na segunda metade do século XVIII, quando se moldavam os novos padrões urbanísticos.

"ARRAJAL DE STA ANNA/
ARRAJAL DO PILAR/ ARRAJAL DE
S. FRANCISCO XAVIER DA
CHAPADA/ ARRAJAL DE S.
VICENTE"
(1770/1780).



QUESTÕES TEÓRICAS ESPECÍFICAS

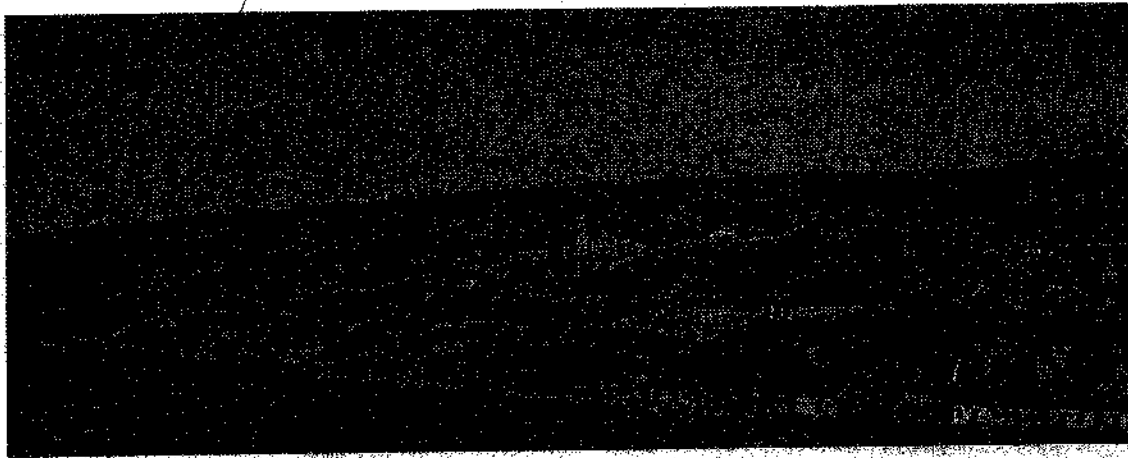
Para o estudo das características da urbanização e do urbanismo no século XVIII é de importância fundamental uma discussão sobre os múltiplos sentidos em que é utilizada a palavra "regularidade". A maior parte dos historiadores procura centrar suas análises sobre a existência ou não de regularidades no urbanismo colonial, ou seja, procuram provas de existência ou não de regularidade nos traçados urbanos. Mas essas discussões, que incluem geralmente uma comparação com as formas do urbanismo hispano-americano, partem do princípio de que regularidade seria a existência de traçado de caráter geométrico, obedecendo à forma de xadrez, como em boa parte das povoações da América hispânica e das antigas colônias inglesas.

Nosso conceito de regularidade é diverso. Para nós, regularidade é a existência de repetições de determinadas características. Adotamos o conceito mais geral, corrente nas pesquisas científicas, segundo o qual há regularidade, quando em um processo podemos observar séries de eventos, com a repetição de determinadas características. No caso estaremos procurando observar as diferentes formas de disciplinas urbanísticas, que foram empregadas no século XVIII, nas regiões das minas.

DIFERENTES MODALIDADES E FORMAS DE DISCIPLINA URBANÍSTICA

A primeira modalidade de disciplina é a que se refere à organização geométrica das plantas das vilas e cidades. Os documentos se referem com freqüência, ao alinhamento das casas. Alguns leitores tendem a interpretar essa expressão como correspondendo à adoção, implícita, de ruas retas. Trata-se, no caso, de duas formas de distintas de disciplina. O alinhamento era estabelecido por iniciativa do chamado arruador, que fixava a linha segundo a qual se dividia o espaço público, dos espaços privados. As ruas podiam ser curvas, como ocorria freqüentemente nas regiões das minas, em terrenos mais acidentados, onde se procurava acompanhar as curvas de nível ou cruzá-las de forma suave. Mas não se admitia que um dos terrenos avançasse sobre a rua, estabelecendo um ressalto, em relações às construções vizinhas. Curvas ou retas, as ruas deveriam ser definidas sempre por uma única linha contínua, estabelecida pelo arruador. Em alguns casos, havia escadas ou patamares avançando sobre partes da via pública, para que nos locais mais acidentados se possibilitasse um acesso mais fácil às propriedades. Mas essas dificuldades de acomodação às condições to-

Fonte: Arquivo do Museu Belfônica Bocage, Lisboa.

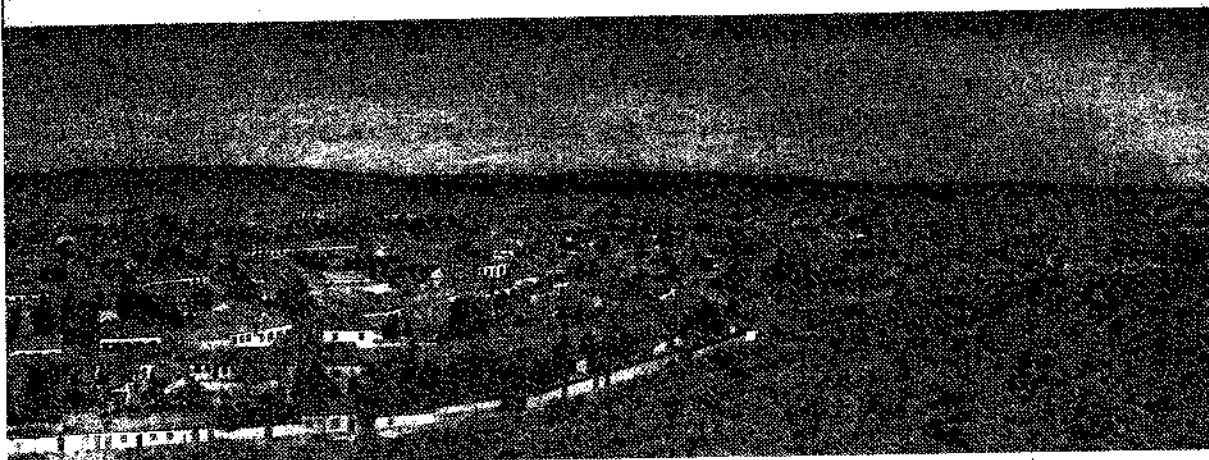


pográficas não implicavam qualquer alteração ou quebra da linha contínua, que separava os espaços públicos dos espaços privados. Nas ruas com aparência de curvas essa linha não era composta de uma sinuosidade contínua mas correspondia a um conjunto de pequenas retas, que seccionavam, em cada terreno, a linha em curva, puramente imaginária, de tal sorte que a cada lote correspondia, em princípio, uma linha reta. Como os lotes apresentavam geralmente pouca frente (4,40 metros a 8,80 metros ou pouco mais), esse artifício não era facilmente percebido. Nas ruas em que o alinhamento correspondia a uma reta, as divisas laterais dos lotes eram sempre perpendiculares ao alinhamento de frente. Nas outras, havia necessariamente um ajustamento, decorrente dos



"PLANTA DA NOVA POVOAÇÃO DE
CASAL VASCO..."

Fonte: Arquivo da Casa do Insua, Casleiro, Portugal.



arcos de curvatura, mas as linhas das laterais tendiam a se aproximar de uma perpendicular à pequena reta, sobre a qual se construía a fachada. Assim, mesmo nas ruas curvas, havia sempre uma disciplina urbanística, um trabalho de regularização das relações entre os espaços públicos e os espaços privados e das relações desses entre si.

Uma outra forma de disciplina era o estabelecimento de largura constante para as vias públicas, que significava um grau maior de complexidade, no trabalho do arruador. O alinhamento das ruas não correspondia necessariamente a uma largura constante das ruas. Mas em ruas retas ou em ruas curvas, a existência de largura uniforme significava sempre a obediência a uma determinação da câmara, em geral em atendimento aos padrões mínimos indicados pelas Ordenações do Reino.

A adoção de traçados com ruas retas implicava em geral a adoção simultânea de cruzamentos de ângulo reto. Em alguns casos, esses cruzamentos correspondiam à abertura de novas ruas, com lotes que se abriam para as duas ruas, quando as quadras tendiam para a forma de um quadrado. Com frequência, as transversais eram apenas becos ou vielas para drenagem das águas fluviais, proibindo-se a abertura de qualquer porta ou janela no alinhamento dessas passagens. Nesses casos, as quadras tendiam a adquirir a forma de retângulos alongados, com lotes que se abriam para um dos lados das quadras, em que se dispunham as fachadas, estendendo-se os quintais até os limites opostos dessas quadras, nos quais não havia qualquer edificação, além dos muros de fecho.

A presença desses procedimentos tem sido identificada muitas vezes pelos pesquisadores como adoção de traçados em xadrez, tendendo para o quadrado ou para os retângulos alongados. Mas, como observamos em outro trabalho (REIS, 1994), nas estruturas urbanas já existentes eram comuns os trechos de ruas retas, com maior regularidade de traçado, que davam continuidade a trechos já urbanizados, com soluções geometricamente menos formais. Nesse caso, cabe

ao pesquisador observar atentamente cada parte do traçado da vila ou cidade, para constatar em que momento os procedimentos de traçado com menor rigor geométrico foram sendo substituídos ou complementados por pequenos ou grandes trechos de ruas retas, bem como as formas pelas quais trechos com esses procedimentos eram articulados aos já existentes, com menor rigor geométrico, em muitos casos mais bem adaptados às condições topográficas.

A adoção de traçados geometricamente regulares não produzia necessariamente melhor qualidade urbanística, sobretudo em áreas topograficamente mais acidentadas, onde já haviam sido estabelecidas povoações, em etapas anteriores. Com freqüência, a adoção de traçados mais formais correspondia a um alto grau de irracionalidade, em termos de adaptação à topografia. Nesses casos, os traçados de caráter geométrico eram mais uma imposição de caráter legal ou cultural, do que um avanço e um aperfeiçoamento, em termos de técnica urbanística.

Uma outra modalidade de disciplina se refere não apenas às plantas das cidades mas à ordem a ser estabelecida nas fachadas, para controlar as formas e a aparência das edificações (de cada uma das edificações e do conjunto delas) em cada trecho das ruas e das praças. Essa disciplina procurava determinar o espaçamento entre as portas e janelas nas fachadas e a altura dessas aberturas, bem como a altura de cada um dos pavimentos, incluindo regras para que as linhas dominantes de uma casa pudessem formar um conjunto com suas vizinhas. Desse modo, sem que a decisão fosse tomada isoladamente por cada um dos proprietários, as casas de uma rua terminavam por formar um conjunto, como se fossem uma única obra, de maior porte. Essas conseqüências só ficaram mais claras no final do século XVIII e no início do século XIX, quando entraram em desuso as formas de recobrimento de janelas e balcões, com urupemas e treliças de madeira, que ocultavam em boa parte a aparência dos vãos, anulando os efeitos da disciplina assim estabelecida. Mas depois da remoção desses elementos sobrepostos, as ruas e praças adquiriram, em boa parte, a aparência que hoje conhecemos.

Essa disciplina tinha um caráter mais difuso, estando baseada em normas estabelecidas pelas câmaras. Mas em alguns casos, quando edificações vizinhas pertenciam a um mesmo proprietário, tornava-se mais claro o sentido dessa modalidade de disciplina urbanística. Nossa convicção é que o alinhamento das diretrizes principais das fachadas e a regularidade das proporções dos conjuntos de casas de determinadas ruas, edificadas em fins do século XVIII e no início do XIX, não são resultado do acaso, mas do atendimento a normas fixadas pelas câmaras, que corresponderiam a padrões mais complexos de atividades dos

arruadores, que não se limitariam ao controle geométrico das soluções urbanísticas em plantas mas também à aplicação desses princípios às superfícies das fachadas, nas casas mais comuns.

Evidentemente as casas mais importantes, situadas em terrenos de maiores proporções, quase sempre na periferia das cidades, apresentavam soluções mais complexas, deixando de se enquadrar no padrão comum às outras edificações. Esses padrões de regularidade foram definidos e impostos às vilas ou cidades criadas ou reformuladas no século XVIII, acentuando-se suas especificações, com a administração Pombalina (1750/1777). A existência dessas normas, referidas pela primeira vez, de modo expresso por Paulo Thedim Barreto, em um artigo publicado em 1938, tornou-se mais amplamente conhecida pela publicação de trabalhos de vários autores, dentre esses, de modo mais extenso, o de Roberta Delson (DELSON, 1997). Mas o que pretendemos destacar, com este estudo, é a presença de diretrizes dessa ordem, aplicadas às vilas e cidades já existentes, com graus diferentes de complexidade mas com presença significativa na definição da paisagem urbana daquele período.

Essa disciplina era mais explicitamente adotada no caso das principais praças públicas, nos centros das vilas e cidades, nas quais se instalavam quase sempre as casas de câmara e, onde cabia, os palácios dos governadores. Nesses casos, as reformas realizadas deixavam evidente a intenção de constituir uma paisagem urbana com um caráter de cenário, nesses espaços de uso público, mais abertos. De certa forma, era o mesmo princípio que orientava a disciplina estabelecida para controlar a aparência das ruas principais e também espaços públicos, ainda que de uso coletivo, com caráter menos monumental.

Nessa paisagem urbana ocupavam posição de destaque os edifícios oficiais e religiosos, em geral isolados e destacados no espaço, como uma definição de poder. Por isso mesmo, eram objeto de acabamento mais elaborado. As casas maiores, pertencentes aos moradores mais ricos e importantes, situavam-se também nas praças ou em locais destacados na paisagem, associando-se àquelas formas de poder. Mas essas características já estavam presentes no século XVII e no início do século XVIII, sendo a grande novidade a adoção de formas de disciplina capazes de integrar, nessa paisagem, as casas comuns, como formando grandes conjuntos. Esse foi o padrão mais evoluído de disciplina urbanística, adotado pelos poderes público e pela própria população, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Com esse exame mais detalhado dos vários significados de regularidades urbanísticas, temos condições de examinar mais consistentemente as formas de urbanização e urbanismo, nas regiões das minas.

AS POLÍTICAS URBANIZADORAS E A DISCIPLINA URBANÍSTICA NAS REGIÕES DAS MINAS

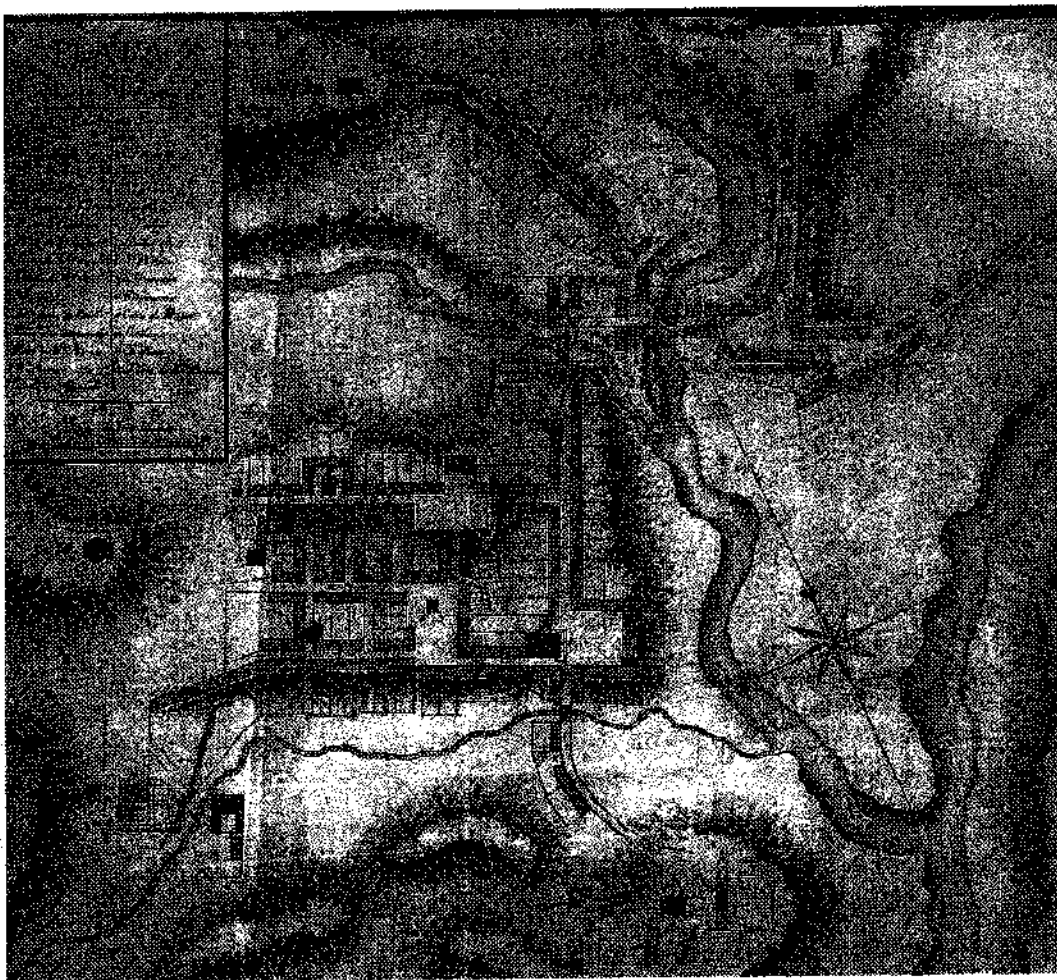
As primeiras notícias confirmadas a respeito da existência de jazidas de ouro na região das Minas Gerais datam provavelmente de 1693. Nos anos seguintes, fundaram-se diversos arraiais, como estabelecimentos precários, apenas lentamente consolidados. Em 1711 o governo português tomou as primeiras medidas de controle administrativo desses estabelecimentos, com a fundação de Sabará e, na área com maior número de arraiais, com a fundação de Vila Rica. Seguiram-se São João Del Rei (1712), Vila do Príncipe, hoje cidade do Serro (1714), Caeté (1714), Pitangui (1715), Tiradentes (1718). Em 1730 fundou-se a vila do Fanado, nas chamadas Minas Novas. No ano anterior haviam sido descobertas as primeiras jazidas de diamantes na região de Diamantina, cujo distrito foi estabelecido, pela primeira vez, em 1733. No território correspondente à Bahia, fundaram-se as vilas do Livramento do Brumado (1724) e de Minas do Rio de Contas (1745). Seguiram-se as descobertas nas áreas de mineração de Cuiabá (1716/1719), Goiás (1725) e da região conhecida como Mato Grosso, onde foi criada a vila Bela, oficialmente fundada por instrução de 1746, às vésperas da criação da capitania de Mato Grosso e Cuiabá, em 1748.

Essa política urbanizadora aplicada pela Metrópole foi destinada ao controle das populações instaladas nas áreas de mineração. Mas as diretrizes urbanísticas não foram totalmente homogêneas. Nas regiões de fronteira e em Goiás pode-se observar, deste cedo, uma preocupação com padrões de regularidade mais formais. Na região de Minas Gerais, essa intervenção do governo central parece menos ambiciosa e nem sempre evidente.

Nos anos em que ocorreram as primeiras descobertas, já no final do século XVII, entre 1693 e 1698, a Coroa determinou a criação de uma série de vilas na capitania do Rio de Janeiro e em algumas regiões da Bahia, com o objetivo expresso de controlar a população dispersa em regiões já povoadas mas ainda sem o sistema regular de administração municipal implantada.

Na primeira metade do século XVIII, durante a administração de D. João V, definiram-se aos poucos algumas diretrizes mais complexas, com as quais se pretendia desenvolver uma forma de urbanismo que fixasse padrões de regularidades para o traçado das plantas das vilas e cidades. Ao mesmo tempo, eram ensaiadas as primeiras medidas para controle da aparência dos espaços públicos nessas povoações e para o controle das fachadas das construções comuns. No conjunto do território colonial, as informações mais antigas de que dispomos sobre estabelecimento de diretrizes para criação de vilas com plantas em forma de xadrez e controle da aparência das fachadas, parecem ser as que se referem

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



PLANTA DA CIDADE DE MARIANA,
MG. PLANO DO BRIGADEIRO J.
FERNANDES PINTO ALPOIM. 2ª
METADE DO SÉC. XVIII.

Fonte: Arquivo Ultramarino, Lisboa.



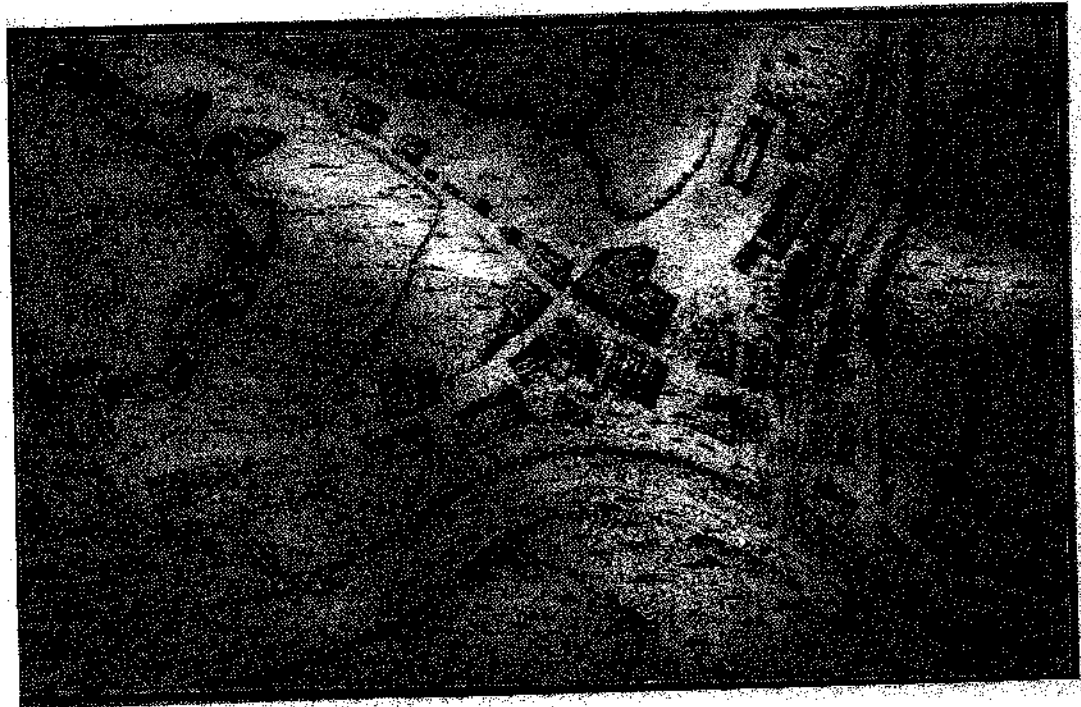
PLANTA DO ARRAIAL DE
SUMIDOURO, MG (1732).

PLANTA DO ARRAIAL DE S.
SEBASTIÃO (1732).



Fonte: Arquivo Ultramarino, Lisboa.

PLANTA DO ARRAIAL DE
S. CAETANO (1732).



Fonte: Arquivo Ultramarino, Lisboa.

à criação de duas vilas na capitania do Piauí, em 1716 (DELSON, 1998, p.18-19). Para as regiões das minas, as informações mais antigas referem-se às diretrizes da fundação de Vila Boa de Goiás, criada em 1737. A Carta Régia determinando a fundação da vila estabelecia que as ruas deveriam ser traçadas com linhas retas e as casas deveriam ser, "pelo exterior todas do mesmo perfil". Não eram portanto normas de caráter detalhado como ocorreria mais tarde. Com este sentido genérico, o documento recomendava que "se conservasse a mesma formosura e a mesma largura das ruas". As diretrizes não foram cumpridas, o que indica uma discrepância entre os objetivos da administração colonial e os padrões adotados pelas administrações municipais.

Em 1746, já no final da administração joanina, foram dadas instruções para criação da Vila Bela, em Mato Grosso, efetivamente instalada em 1752, já no reinado de D. José I e administração de Marques de Pombal. As instruções eram quase idênticas às enviadas ao governador de São Paulo em 1736, para a criação de Vila Boa de Goiás. O documento determinava que as ruas fossem retas, com larguras determinadas, devendo as casas terem o mesmo perfil pelo exterior, ainda que pela parte interna cada um edificasse segundo o seu critério. Nesse caso, foram cumpridas com rigor as diretrizes e Vila Bela tornou-se um exemplo dos padrões urbanísticos que seriam aplicados a partir dessa época. Sabe-se que por volta de 1770, foi expedida ordem para o governador de Goiás, com a finalidade de se estabelecer um plano para disciplinamento do traçado de Vila Boa, cujos resultados podem ser constatados pelas plantas ainda existentes, referentes ao ano de 1782. A iconografia referente à vila de Cuiabá, de 1777, indica a presença de algumas iniciativas no mesmo sentido, para melhoria do traçado daquela cidade, ainda que com menor amplitude.

Em Minas Gerais, uma iniciativa semelhante, de maior envergadura, promoveu a reconstrução da vila de Mariana, elevada à categoria de cidade nessa época, cujas obras foram realizadas por volta de 1746 e 1747, segundo o projeto do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, que nessa época realizava alguns trabalhos na região. Mariana, cujas construções mais antigas haviam sido destruídas em grande parte por uma enchente, foi reconstruída com uma planta de traçado geométrico, com quadras retangulares, ruas retas e praças que correspondiam aos padrões recomendados na nova legislação.

A política urbanizadora e urbanística pombalina tornou-se conhecida através de um artigo de Paulo Thedim Barreto (BARRETO, 1938) no qual descrevia as diretrizes fixadas pela Carta Régia de 19/06/1761, determinando a criação da cidade de Oeiras e mais seis vilas na capitania do Piauí. Essas diretrizes não foram fixadas pela primeira vez nessa época, porque repetiam explicitamente as diretrizes correspondentes à criação da capitania de São José do Rio Negro, de 1755. Importante, nesses documentos, eram as minúcias para fixação de padrões de contro-

le das fachadas das edificações mais comuns. Esses se tornaram comuns e seu uso se generalizou em várias regiões do país, sobretudo nos territórios situados além da linha do Tratado de Tordesilhas, mas também como aplicação extensiva em capitanias como São Paulo, Ceará, Piauí, Maranhão e na antigas capitanias de Porto Seguro e Ilhéus, no Sul da Bahia.

Essas medidas foram acompanhadas também de diretrizes para o controle da aparência das edificações mais comuns, com a proibição de urupemas (esteiras de taquaras, que protegiam as janelas antes do uso das treliças), estabelecida pelo Marques de Lavradio, por volta de 1770, quando governador da Bahia, medida reiterada a seguir, durante sua administração como Vice-Rei, no Rio de Janeiro. Como decorrência da adoção dessas medidas, podemos identificar dois tipos de conjuntos urbanos, nos termos acima referido. Em primeiro lugar, os que decorriam de uma aplicação extensiva de normas desse gênero, para as construções mais comuns, sobretudo nas ruas e praças mais importantes das vilas e cidades. Essas medidas permitiram a homogeneização das fachadas, em regiões tão diferenciadas como São Luís do Maranhão e São Luís do Paraitinga em São Paulo, e trechos das mais importantes ruas, nas regiões das Minas. Uma segunda modalidade, era dos conjuntos projetados especialmente com esse caráter, correspondendo em geral à existência de um único proprietário, o que conferia maior homogeneidade ao projeto.

Um outro gênero de intervenção urbanística, foram os projetos oficiais de iniciativa dos governadores ou das próprias câmaras, com o disciplinamento das principais praças com os seus edifícios, que incluíam os palácios e as casas de câmara. Mais ambiciosos foram os planos de conjunto para disciplinamento do desenvolvimento das próprias cidades, traçados sempre com o apoio técnico dos engenheiros militares.

O CASO DE OURO PRETO

Vila Rica nasceu basicamente pela agregação de dois arraiais, o de Antonio Dias e o de Pilar, ao redor dos quais se estabeleciam diversos outros, reunindo no total uma população numerosa. A criação da vila se deu com a abertura de um centro administrativo unificador, ao redor do espaço em que se constituiu a atual praça Tiradentes. Como bem observou Sylvio de Vasconcelos, a população se estabeleceu em grande parte ao redor do eixo do antigo caminho que ligava ao bairro de Cabeças à estrada para Mariana. As notícias mais antigas sobre a abertura da praça e a construção da primeira casa de Câmara e Cadeia correspondem à época da fundação da Vila.

Fonte: IEB-USP.



VISTA DA PRAÇA TIRADENTES, EM OURO PRETO, MG, CA. 1785/1790, VENDO-SE AO FUNDO O PALÁCIO DOS GOVERNADORES COM A SUA FORMA ORIGINAL. COMPARAR COM A PRÓXIMA FIGURA .

Fonte: Arquivo Particular Nestor Goulart Reis.



PRAÇA TIRADENTES, EM OURO PRETO-MG, VENDO-SE AO FUNDO O ANTIGO PALÁCIO DOS GOVERNADORES E À ESQUERDA, O CONJUNTO URBANÍSTICO NA FIGURA DA PÁGINA 32.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



"MAPPA DE VILA RICA"
CA. 1775/1800.



CONJUNTO URBANÍSTICO NA
PARTE MAIS ALTA DA PRAÇA
TIRADENTES, EM OURO PRETO.



Fonte: Arquivo Pontifical Nessor Goulart Reis.

As casas mais antigas, segundo Vasconcelos, seriam quase sempre ferreas, em pedra, sobre as quais foram aos poucos sendo elevados os sobrados em pau-a-pique, que dariam forma e aparência à vila, ao longo do século XVIII. Com o tempo, foram abertas ruas novas, paralelas ao antigo caminho, já com traçado de linhas retas, muitas vezes agredindo às condições da topografia. No final do período joanino foi construído o palácio dos governadores na extremidade mais alta da praça, sendo instalado um grande chafariz na parte mais baixa, com o desnível acentuado do terreno. Nessa época o espaço da praça era limitado, havendo em seguida algumas edificações privadas, que foram demolidas nos últimos anos do século XVIII, para valorização da perspectiva da casa de câmara e cadeia, cujas obras foram iniciadas durante a administração do governador Meneses e segundo projeto deste.

Apesar do destaque desse grande espaço urbano, em cujas extremidades situavam-se a sede do poder central da capitania e da câmara, a paisagem de Ouro Preto é dada sobretudo por iniciativa da população local, pelas igrejas das ordens terceiras e pelos conjuntos das casas dos moradores. As igrejas das ordens terceiras foram sempre localizadas em pontos destacados da paisagem, recortando-se contra o céu, com praças ou largos abertos à sua frente ou laterais, criando desse modo espaços de uso público, ainda que estabelecidos pelo poder municipal. Essa foi a monumentalidade construída coletivamente pelos grupos sociais básicos da população local.

No que se refere às casas comuns, são necessárias algumas observações mais detalhadas. Foram construídos em Ouro Preto alguns conjuntos de casas pertencentes

centes a um único proprietário, com projetos mais homogêneos, como o que se encontra na Praça Tiradentes e nas casas do chamado "Bom Será", de menor porte. Mas as construções comuns das principais ruas apresentam um alinhamento cuidadoso, entre os traços dominantes das fachadas, que indica a presença de normas de submissão dos projetos individuais a determinados critérios de organização coletiva. Entretanto, a aparência que hoje constatamos deve ser atribuída sobre tudo às inovações introduzidas nos últimos anos do século XVIII e que se tornaram de uso mais amplo a partir da chegada da Família Real. As janelas externas, com vidraças, as grandes varandas com balcões de ferro ornamentado, com lâminas de seção retangular alongada, correspondem a um período mais tardio.

Um desenho existente na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, que nos mostra aparência da Praça Tiradentes por volta de 1780, antes portanto de sua reforma, nos oferece informações significativas sobre os padrões de tratamento das fachadas adotados no principal espaço público de Ouro Preto, no apogeu de sua atividade econômica e cultural. Pelo que se pode observar, a maioria das fachadas era coberta com balcões corridos, fechados por trançados, que apresentavam as características de urupemas, mais do que rótulas ou muxarabiês. Esse tratamento só teria sentido, na ausência de janelas ou de portas com envidraçados externos e elementos de ornamentação. A aparência das construções é muito simples, sendo que em umas delas, à direita do observador, à frente do chafariz, o balcão avança sobre a rua com apoios no andar térreo, correspondendo provavelmente a um estabelecimento comercial. Comparando a aparência de todos os edifícios que comparecem nesse desenho, com obras atualmente existentes na Praça Tiradentes, podemos concluir que todos esses edifícios o foram reconstruídos ou passaram por profundas transformações, o que significa que sua aparência atual será sempre posterior ao final do século XVIII. Não se trata, no caso, de um ou dois exemplos diferenciados mas de um padrão, adotado praticamente em todas as edificações, no principal espaço público da cidade, em época bem tardia do período colonial. Não temos informações sobre a proibição das urupemas, como ocorreu na Bahia e no Rio de Janeiro. Nestas últimas, temos documentação circunstanciada, com decisões do Marques de Lavradio e informações, acompanhadas de descrições, elaboradas por Luiz dos Santos Viana, em época pouco posterior à data provável do desenho existente no arquivo da biblioteca do IEB (1803).

Não há dúvida que nessa época, como no início do século XIX, eram comuns em Vila Rica as casas com suas janelas e balcões com treliças (muxarabiês) que se conservaram até o final do século XIX e início do século XX, como o demonstram fotografias e desenhos antigos. Mas também não há dúvida de que, ao longo do século XIX, tornaram-se comuns os balcões com grades de ferro ornamentadas, bem como grandes vidraças, sobrepondo-se às janelas antigas, que abri-

am para dentro, com grandes almofadas de madeira, que não deixavam passar a luz e ar. Também do século XIX, são os ornamentos de louças e cristal, sobre os balcões, bem como sobre as platimbandas, quando as havia.

No final do século XVIII, nas edificações mais importantes, já existiam janelas com vidraças e balcões com peças de ferro. Essa é o caso da residência do contratador Macedo, hoje conhecida como Casa dos Contos, com seus balcões e grades de barras de ferro de sessão circular. Estas, com acabamento relativamente simples, eram provavelmente produzidas na região. Uma documentação da época, publicada na revista do SPHAN, referente ao palácio dos governadores no distrito de Cachoeira, nos informa sobre o cuidado com que foram elaboradas as vidraças dessa edificação claramente uma obra diferenciada, para sua época. São esses os elementos que encontramos hoje, em boa parte das edificações ao redor da praça Tiradentes.

Esses elementos nos permitem perceber como as regularidades na aparência da arquitetura nas principais ruas de Ouro Preto correspondem a um lento amadurecimento de critérios, que estiveram presentes nas disposições oficiais e nas práticas adotadas pelo conjunto da população e por cada um de seus habitantes, ao longo de muitas décadas.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. *Revista do IPHAN, nº 2*. Rio de Janeiro, 1938, p. 186-223
- DELSON, Roberta M.. *Novas vilas para o Brasil Colônia*. Brasília: Ed. Alva, 1997.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. *Cadernos de Pesquisa do LAP (3)*, nov.-dez., 1994

Cadernos de Pesquisa do LAP

Trabalhos já publicados:

- 01 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS NO INÍCIO DA REPÚBLICA
NESTOR GOULART REIS
- 02 HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL: 1880 - 1920
NESTOR GOULART REIS
- 03 NOTAS SOBRE O URBANISMO BARROCO NO BRASIL
NESTOR GOULART REIS
- 04 O TRABALHO UNIVERSITÁRIO, OS DIREITOS AUTORAIS E A
PROPRIEDADE INTELECTUAL
NESTOR GOULART REIS
- 05 O IDEÁRIO DO URBANISMO EM SÃO PAULO EM MEADOS
DO SÉCULO XX. O PADRE LEBRET: CONTINUIDADES, RUPTURAS E
SOBREPOSIÇÕES.
CELSO MONTEIRO LAMPARELLI
- 06 A VIVÊNCIA DA REALIDADE E A PRÁTICA DO FAZER: MOVIMENTO
UNIVERSITÁRIO DE DESFAVELAMENTO
MARTA S. TANAKA & EQUIPE LAP/FINEP
- 07 ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS: ESTUDOS DE PRESERVAÇÃO
PAUL MELIUS
- 08 NOTAS SOBRE O URBANISMO NO BRASIL - PRIMEIRA PARTE:
PERÍODO COLONIAL
NESTOR GOULART REIS
- 09 NOTAS SOBRE O URBANISMO NO BRASIL - SEGUNDA PARTE:
SÉCULOS XIX E XX
NESTOR GOULART REIS
- 10 NOTAS SOBRE PLANEJAMENTO E MÉTODO
REBECA SCHERER
- 11 URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO NO BRASIL - 1960 / 1983
NESTOR GOULART REIS
- 12 NOTAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS
NESTOR GOULART REIS
- 13 O BRASIL URBANO NA CONSTITUIÇÃO
NESTOR GOULART REIS
- 14 APROPRIAÇÃO DO SOLO URBANO E POLÍTICA HABITACIONAL
NESTOR GOULART REIS
- 15 METODOLOGIA DE PESQUISA APLICADA À ARQUITETURA E AO
URBANISMO: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NO PROGRAMA DE
MESTRADO DA FAU-USP
CELSO MONTEIRO LAMPARELLI
- 16 POR UMA NOVA POLÍTICA: CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E BARROS
CONSTRUÍDOS NO SÉCULO XX
NESTOR GOULART REIS
- 17 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE
ESTUDO: O URBANO
AZAEL CAMARGO, CELSO LAMPARELLI E PEDRO C. GEORGE
METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO URBANO
CELSO MONTEIRO LAMPARELLI
- 18 FAVELAS E CORTIÇOS NO BRASIL: 20 ANOS DE PESQUISAS E POLÍTICAS
SUZANA PASTERNAK TASCHNER
- 19 AUH 237 - URBANISMO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL.
NESTOR GOULART REIS & NOTAS DE AULA DE RICARDO
HERNAN MEDRANO
- 20 NOTAS SOBRE HISTÓRIA DA ARQUITETURA E APARÊNCIA
DAS VILAS E CIDADES
NESTOR GOULART REIS
- 21 POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: RETROSPECTIVAS E PERSPECTIVAS
SUZANA PASTERNAK TASCHNER.
- 22 A POLÍTICA HETERODOXA DE HABITAÇÃO POPULAR OPERACIONALIZADA
EM SÃO PAULO ATRAVÉS DO FUNAPS
RENATA MACHADO GOMIDE E MARTA MARIA SOBAN TANAKA
- 23 CULTURA E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO
NESTOR GOULART REIS.
- 24 PEABIRI: UMA TRILHA INDÍGENA CRUZANDO SÃO PAULO
DANIEL ISSA GONÇALVES.
- 25 ARQUITETURA JESUÍTICA NO BRASIL
ROBERT CHESTER SMITH.
- 26 MODOS DE MORAR NA RUA
SUZANA PASTERNAK TASCHNER E ELAINE RABINOVICH.
- 27 MUTIRÕES E AUTOGESTÃO EM SÃO PAULO.
HABITAÇÃO POPULAR NA GESTÃO ERUNDINA
PAULO EMILIO BUARQUE FERREIRA.
- 28 CIDADE DOS ANÉIS
SUZANA PASTERNAK TASCHNER.
- 29 NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE HISTÓRIA
DA URBANIZAÇÃO E DO URBANISMO NO BRASIL
NESTOR GOULART REIS.

Livros produzidos pela equipe do LAP

REIS, NESTOR GOULART. *RAIONALISMO E PRÓTO-MODERNISMO
NA OBRA DE VICTOR DUBUGRAS*. SÃO PAULO, FUNDAÇÃO BIENAL,
1997.

REIS, NESTOR GOULART. *MEMÓRIA DO TRANSPORTE RODOMÁRIO*.
SÃO PAULO, CPA, 1997.

REIS, NESTOR GOULART (ORG.). *100 ANOS DE ENSINO DE ARQUITETURA
E URBANISMO EM SÃO PAULO*. SÃO PAULO, FAU-USP, 1996.

REIS, NESTOR GOULART. *SÃO PAULO E OUTRAS CIDADES*. SÃO PAULO,
HUCITEC, 1994.

REIS, NESTOR GOULART. *IMAGENS DE VILAS E CIDADES DO BRASIL
COLONIAL*. SÃO PAULO, EDUSP/IMPRESA OFICIAL, 2000.